

3. Diversos

RELATÓRIOS

FINANTIPAR — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Sede social: Rua General Firmino Miguel, 5, 6.º, 1600-100 Lisboa.
Capital social: 19 600 605 euros.
Pessoa colectiva n.º 502809434.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 3763.

Relatório e contas consolidadas e individuais de 2005

Relatório do conselho de administração

1 — A situação macroeconómica

Confirmando as expectativas existentes no início do ano, a economia mundial registou em 2005 um nível de crescimento mais moderado que o verificado em 2004 mas ainda assim acima dos 4%. A expansão continuou a ser liderada pelos EUA, pela China e, em menor medida, pelo Japão, enquanto outras regiões, em particular a Europa, revelaram crescimentos económicos relativamente mais fracos.

Nos EUA verificou-se algum abrandamento da actividade económica, como mostram as últimas estimativas divulgadas pela OCDE, as quais apontam para um crescimento de 3,6% em 2005 contra 4,2% no ano anterior. Ainda assim, a economia norte-americana destacou-se como a mais dinâmica dentro do G-7, impulsionada pelo incremento da produtividade. As previsões a médio prazo apontam para uma dinâmica sustentada de crescimento: 3,5% em 2006 e 3,3% em 2007.

A conjuntura económica na zona euro pautou-se por um sentimento negativo, com sucessivas revisões em baixa das projecções de crescimento dos principais países. Manteve-se a fraca procura doméstica e uma débil capacidade das economias para absorverem os choques externos. A zona euro deverá ter alcançado um crescimento médio de 1,4% em 2005, abaixo de 1,8% conseguido em 2004. Em 2006 e 2007 é esperada alguma recuperação da economia europeia, traduzida em taxas médias de crescimento de 2,1% e 2,2%, respectivamente.

Após uma forte retoma em 2004, o crescimento do PIB na América Latina sofreu algum abrandamento em 2005 para cerca de 4%. No Brasil, a procura interna caiu no início do ano, em resposta às políticas monetárias para conter a inflação, ao mesmo tempo que a valorização do real tem suscitado alguma preocupação, devido à repercussão negativa sobre as exportações. Os últimos indicadores divulgados revelaram uma contracção do PIB no 3.º trimestre de 2005 face ao período anterior, influenciada por factores políticos e pelo elevado nível das taxas de juro reais. Assim, após uma expansão económica de cerca de 5% em 2004, o país deverá conhecer uma desaceleração para um crescimento esperado na casa dos 3% em 2005 e 2006.

No Leste Europeu, a Rússia continuou a apresentar um bom andamento da economia, com um aumento esperado de 6,1% do PIB, a par de uma inflação estável, na casa dos 11%. Este andamento da economia russa começa já a pressionar a capacidade instalada disponível, pelo que, para 2006 e 2007, se espera algum abrandamento do crescimento deste país para cerca de 5%, acompanhado por uma desaceleração da inflação para níveis em torno dos 10%. Também a Turquia tem apresentado uma sólida expansão económica, estimando-se um crescimento de 5,8% em 2005. Com a melhoria da confiança dos agentes económicos, quer no plano doméstico quer internacional, beneficiando das negociações de adesão à União Europeia, é de esperar um fortalecimento da economia turca nos próximos anos, com taxas de crescimento superiores a 6% em 2006 e 2007, em que o investimento deverá ser o principal motor.

A conjuntura económica na Península Ibérica

O abrandamento da actividade económica em Portugal no 3.º trimestre de 2005 veio confirmar que a consolidação do crescimento

ainda não foi alcançada. As estimativas, apontam agora para um crescimento de 0,5% no ano de 2005, que compara com uma expansão de 1,2% do PIB no ano anterior. Em 2006 e 2007, é esperada alguma recuperação da economia portuguesa a taxas de cerca de 1%, continuando contudo a operar abaixo do seu potencial e do crescimento médio da zona euro.

A economia espanhola manteve um crescimento vigoroso em 2005 (cerca de 3,4%), acima do ano anterior e do da zona euro pelo quinto ano consecutivo. Em 2006 e 2007, a Espanha deverá continuar a apresentar taxas de crescimento superiores a 3%. O aumento das exportações, a reboque da retoma esperada na Europa, deverá mais do que compensar o abrandamento do consumo privado, sendo que a desaceleração desta componente do PIB é encarada como factor positivo para a redução das pressões inflacionistas. A inflação espanhola continua acima da média da zona euro (3,2% versus 1,8%, em 2005), exibindo assim um diferencial que tem vindo a alargar-se, e que poderá resultar numa perda de competitividade da economia.

2 — Actividades da Finantipar

Durante o ano de 2005, a Finantipar manteve a sua participação de controlo no capital social do Banco Finantia, S. A., ao mesmo nível do ano anterior.

No ano de 2005 o lucro consolidado do Grupo Banco Finantia atingiu o valor de 37,5 milhões de euros registando um crescimento de 23%, tendo continuado a expandir-se nas suas principais áreas — crédito ao consumo, banca de investimento e banca privada.

A área de crédito ao consumo cresceu mais de 20% quer a nível de produção, quer a nível de carteira de clientes. Com uma produção anual próxima dos 470 milhões de euros e uma carteira de crédito de aproximadamente 900 milhões de euros, o Grupo continua a afirmar-se como uma das instituições Ibéricas líderes neste segmento da actividade financeira.

A área de banca de investimento focou-se essencialmente nos mercados de capitais de renda fixa, *trade finance* e na assessoria financeira. O segmento de mercado de capitais expandiu as suas actividades em mais de 50%, com a carteira de renda fixa a superar 1 bilião de euros, enquanto *trade finance* cresceu as suas actividades em cerca de 40% com a carteira no final do ano a aproximar-se dos 150 milhões de euros. Nos mercados primários de renda fixa e de *trade finance*, o Banco esteve particularmente activo no mercado brasileiro. Em cooperação com o novo accionista do Banco (Moscow Narodny Bank) conseguiu-se uma penetração importante nos mercados da Rússia e dos países da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

A actividade de assessoria financeira concentrou-se na Península Ibérica, sendo de destacar o mandato obtido para o projecto ferroviário de alta velocidade em Portugal, RAVE.

A banca privada continuou a sua expansão em Portugal e Espanha, mantendo os seus padrões de profissionalismo e excelência e mais uma vez obtendo excelentes resultados para os seus clientes.

A excelência do trabalho do Banco foi novamente reconhecida internacionalmente. Desta vez com um prémio particularmente significativo por parte da Euromoney: «O Melhor Médio e Pequeno Banco na Europa Ocidental».

3 — Avaliação e gestão de riscos

A Finantipar continuou, durante o ano de 2005, a manutenção dos desenvolvimentos para o acompanhamento dos riscos inerentes à sua actividade e do Grupo que encabeça. O controlo dos riscos inerentes à actividade do Grupo desenrola-se sobretudo a nível do Banco Finantia que segue uma série de políticas e controlos de acordo com as boas práticas e conforme recomendações do Banco de Portugal e outros reguladores.

Avaliação e gestão de riscos

O Banco Finantia atribui alta prioridade às áreas de gestão de riscos. Em 2005 foram integrados os departamentos de crédito e ALM (*assets and liabilities management*) visando a obtenção de sinergias e o reforço dos meios humanos e técnicos do novo departamento. Paralelamente iniciou-se um projecto ambicioso de automatização da recolha, centralização e tratamento de todos os dados relevantes

para a gestão de riscos a nível consolidado, base indispensável para assegurar a produção tempestiva de informação de gestão neste domínio.

No âmbito do novo acordo de Basileia, o Grupo realizou um estudo exaustivo sobre o impacto da aplicação da nova regulamentação sobre os *ratios* de capital, que permitiu chegar a importantes conclusões não só sobre os vários métodos a adoptar em termos das componentes dos riscos de crédito, de mercado e operacional, mas também quanto às estratégias de investimento mais aconselháveis no novo contexto regulamentar, incluindo as novas normas contabilísticas internacionais (IAS/IFRS).

Risco de crédito

A gestão do risco de crédito obedece a um conjunto de princípios e procedimentos internos constantes das normas de crédito do Grupo, que definem diferentes níveis de alçada de decisão consoante o risco subjacente e possibilitam a análise prévia da rentabilidade esperada dos fundos próprios utilizados em cada operação.

O Grupo conta com uma vasta experiência ao nível da gestão do risco da carteira de crédito ao consumo, maioritariamente automóvel, tendo desenvolvido desde há mais de 10 anos um modelo de *scoring* que se aplica a particulares e empresas. O modelo, que é revisto e calibrado regularmente, atribui a cada proposta de crédito uma notação a que está associada uma dada probabilidade de perda. Isso permite o cálculo da rentabilidade estimada de cada operação, ajustada pelas perdas esperadas. Este modelo financeiro de originação, que gere o equilíbrio do binómio rentabilidade/risco, foi objecto em 2005 de revisões tendentes à sua optimização.

Na área de banca de investimento, todas as operações estão sujeitas a limites definidos pelo comité financeiro, precedendo parecer do departamento de crédito fundamentado em análises individuais do risco de crédito e de contraparte. Esta actividade é enquadrada por um mecanismo de gestão global dos limites de crédito, que integra grelhas que definem *a priori* máximos indicativos de exposição, de acordo com os *ratings* externos das contrapartes, o tipo de emittentes e o risco de produto.

Além do controlo através dos limites individuais, procede-se a uma gestão do risco de crédito em termos globais, considerando as correlações entre riscos, nomeadamente analisando e limitando exposições geográficas e sectoriais.

Risco de mercado

O comité financeiro é o órgão a quem compete analisar detalhadamente a exposição ao risco de mercado e estabelecer limites que garantam o respeito pela estratégia de investimento definida, a qual, em termos genéricos, procura assegurar uma adequada diversificação da base de activos e a opção por investimentos que apresentem um nível de volatilidade limitado. Pretende-se, por um lado, limitar a exposição à variabilidade dos mercados e, por outro, através da correlação inversa de diferentes classes de activos, minorar os efeitos de variações que possam afectar negativamente um determinado investimento.

É de realçar a existência de uma rotina diária de cálculo do VaR (*value at risk*) para a carteira de títulos (que é alargada a todo o balanço do Grupo), em linha com as recomendações do Bank for International Settlements (BIS). Têm sido realizados *back tests* ao modelo com resultados satisfatórios. O Grupo apresentava, no final de Dezembro, um VaR diário de cerca de 1,4 milhões de euros (com um intervalo de confiança de 99%) respeitante aos activos totais, o que corresponde a 0,8% dos fundos próprios de base consolidados. Complementarmente procede-se ao controlo sistemático dos *gaps* de taxas de juro e cambiais, que são objecto de criteriosa análise pelo comité financeiro.

Risco de taxa de juro

A exposição às variações das taxas de juro é objecto de cuidada e permanente análise e acompanhamento. Para os activos do crédito ao consumo estabeleceu-se como princípio orientador a cobertura deste tipo de risco, sendo a mesma assegurada através da contratação de *swaps* de taxa de juro que permitem o *matching* das maturidades e prazos de refixação médios das taxas desses activos com os que resultam dos passivos das operações de titularização correspondentes.

Na área da banca de investimento, é realizada a monitorização sistemática da distribuição de activos e passivos de acordo com os seus prazos de refixação de taxa, procedendo-se regularmente a cobe-

tura dos riscos que excedam os limites definidos pelo comité financeiro, mediante a utilização de instrumentos derivados adequados.

Risco cambial

É norma do Grupo operar exclusivamente em activos e passivos denominados em EUR e USD. As posições noutras divisas são pontuais e sem peso significativo no balanço e nos resultados da instituição. Tendo em vista neutralizar o risco cambial das exposições em USD, procede-se diariamente à monitorização não só da posição cambial à vista como também da exposição a prazo resultante das expectativas do impacto que os activos e passivos em USD poderão gerar no futuro.

Mensalmente estas análises são detalhadamente apresentadas e discutidas no comité financeiro, tendo em vista a definição ou correcção das medidas a adoptar de forma a atingir o objectivo de minimização dos riscos cambiais incorridos.

Risco de liquidez

O Banco assume deliberadamente uma posição prudente e conservadora em matéria de gestão da liquidez, procurando manter em níveis confortáveis os principais indicadores, em particular a cobertura dos recursos de curto prazo por activos líquidos, por forma a garantir a satisfação das necessidades de tesouraria mesmo em condições adversas de mercado.

Na área da banca de investimento, a estratégia definida consiste em privilegiar aplicações com elevada liquidez, facilmente transaccionáveis em mercado ou que possibilitem o respectivo financiamento através de *repos* ou de outros instrumentos. Quanto à actividade de crédito ao consumo, tem-se optado pelo financiamento *back-to-back* através de operações de titularização numa base ibérica, as quais representavam no final do exercício de 2005 quase 80% do valor total desses activos. Em 2005, o Grupo passou também a utilizar uma estrutura de titularização de curto prazo, alimentada mensalmente com activos de crédito automóvel originados na Península Ibérica, permitindo maximizar a utilização deste instrumento e reduzindo a necessidade do recurso a outras fontes de financiamento.

Relativamente aos demais instrumentos de passivo utilizados, a estratégia assenta na diversificação de fontes, quer em termos de contrapartes, quer em termos do tipo de operações, havendo a preocupação de respeitar determinados *ratios* máximos de concentração nos maiores contrapartes de depósitos, mercados monetários e *repos*.

Risco operacional

As responsabilidades no domínio dos riscos operacionais são atribuídas aos responsáveis de todos os departamentos do Grupo, cujos manuais operativos incluem obrigatoriamente normas e procedimentos tendentes à redução deste tipo de risco.

No âmbito da aplicação do novo acordo do Basileia, a área de gestão do risco operacional assume uma grande importância, dado o peso que este tipo de risco passará a ter no consumo de capital. Daí os esforços que vêm sendo desenvolvidos para melhorar os mecanismos de controlo interno destinados a prevenir e ou minorar os efeitos de eventos com origem interna ou externa susceptíveis de causar prejuízos ao Grupo. É de referir, neste contexto, a criação de uma nova área de controlo de qualidade no âmbito do departamento de gestão de risco, destinada à verificação e validação dos dados das propostas e dos contratos, tendo por base as normas de crédito internas que regem o funcionamento deste tipo de actividade.

4 — Perspectivas para 2006

A Finantipar no prosseguimento da estratégia que tem adoptado continuará a deter uma participação de controlo no Banco Finantia com o objectivo de rentabilidade e valorização sempre presente. Pretende igualmente manter a capacidade de assegurar o crescimento das actividades do Banco Finantia mantendo meios financeiros que lhe permitam manter adequados e fortes níveis de capitalização sendo ela a empresa-mãe de um grupo financeiro nacional de relevo internacional.

5 — Acções próprias

No início do exercício de 2005 a Finantipar — SGPS, S. A. detinha 1 055 574 acções próprias. Durante o exercício a Finantipar, ao

abrigo das deliberações da assembleia geral da sociedade de 1 de Junho e de 28 de Julho de 2004, adquiriu 831 890 acções no montante de 21 523 milhares de euros. Em 15 de Fevereiro e 28 de Julho de 2005, ao abrigo das deliberações da assembleia geral, foram realizadas escrituras públicas de redução de capital no total de 1 055 574 acções. Em 31 de Dezembro de 2005 a Finantipar — SGPS, S. A., não detinha acções próprias.

6 — Resultados

O lucro líquido individual da Finantipar — SGPS, S. A., no exercício de 2005 foi de 8 057 538,23 euros, representando uma diminuição face ao ano anterior, atendendo a que o resultado alcançado em 2004 incluía resultados de alienação de participações financeiras, o que não ocorreu no presente exercício. Propõe-se a seguinte aplicação para o resultado do exercício:

Para reserva legal — 402 877,00 euros;
Para reservas livres — o remanescente.

O resultado consolidado foi de 19 295 milhões de euros, inferior ao do ano anterior em virtude do resultado registado no ano anterior referente à alienação acima referida.

7 — Considerações finais

Ao concluir um ano de actividade pautado mais uma vez por sólidos resultados, o conselho de administração agradece o apoio de todos os que com ele colaboraram.

Aos nossos accionistas agradecemos a confiança depositada, às autoridades oficiais, nomeadamente o Banco de Portugal, agradecemos a colaboração prestada, ao Ffiscal único, auditores exteriores e demais consultores pelo aconselhamento dado para o desenvolvimento das nossas actividades.

Lisboa, 14 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

1 — Participações dos membros do conselho de administração e do fiscal único no capital da sociedade.

Lista de acções em 31 de Dezembro de 2005, a que se refere o n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

O Dr. António Manuel Afonso Guerreiro detinha 2 495 788 acções da Finantipar — SGPS, S. A., no início do exercício. Em Janeiro

adquiriu 135 000 acções pelo preço total de 1 880 550,00 euros e alienou 146 916 acções pelo preço total de 3 664 085,04 euros, em Fevereiro alienou 72 496 acções pelo preço total de 1 808 050,24 euros; em Março 11 000 pelo preço total de 150 000,00 euros e em Julho 240 038 pelo preço total de 6 413 815,00 euros. No final do exercício detinha 2 160 338 acções da Finantipar — SGPS, S. A.

O Dr. Eduardo José de Belém Garcia e Costa detinha 966 254 acções da Finantipar — SGPS, S. A., no início do exercício. Em Janeiro adquiriu 62 787 acções pelo preço total de 887 000,00 euros e alienou 57 467 acções pelo preço total de 1 433 226,98 euros. Em Fevereiro alienou 28 357 acções pelo preço total de 707 223,58 euros e 94 322 acções pelo preço total de 2 520 283,84 euros. No final do exercício detinha 848 895 acções da Finantipar — SGPS, S. A.

A Dr.ª Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas detinha 345 428 acções Finantipar — SGPS, S. A., no início do exercício. Em Janeiro alienou 19 290 acções da Finantipar pelo preço total de 481 092,60 euros. Em Fevereiro alienou 9519 acções pelo preço total de 237 403,86 euros e 31 662 acções pelo preço total de 846 008,64 euros. No final do exercício detinha 284 957 acções da Finantipar — SGPS, S. A.

O Engenheiro Pedro José Marques Fernandes dos Santos detinha 90 090 acções Finantipar — SGPS, S. A., no início do exercício. Em Janeiro alienou 5031 acções da Finantipar pelo preço total de 125 473,14 euros. Em Fevereiro alienou 2483 acções pelo preço total de 61 926,02 euros e 8258 acções pelo preço total de 220 653,76 euros. No final do exercício detinha 74 318 acções da Finantipar — SGPS, S. A.

O Dr. João Carlos Rodrigues Sabido Silva detinha 25 273 acções Finantipar — SGPS, S. A., no início do exercício. Em Janeiro alienou 1411 acções da Finantipar pelo preço total de 35 190,34 euros. Em Fevereiro alienou 696 acções pelo preço total de 17 358,24 euros e 2317 acções pelo preço total de 61 910,24 euros. No final do exercício detinha 20 849 acções da Finantipar — SGPS, S. A.

2 — Lista de accionistas em 31 de Dezembro de 2005 a que se refere o n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Accionista	Porcentagem de capital social
António Manuel Afonso Guerreiro	55,11
Eduardo José de Belém Garcia e Costa	21,65

Lisboa, 14 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Notas	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	—	—
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 68	—	68	2
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	3 —	—	—	26 000
4 — Créditos sobre clientes	—	—	—	—
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	—	—	—	—
8 — Partes do capital em empresas coligadas	4 68 299	—	68 299	68 420
9 — Imobilizações incorpóreas	—	—	—	—
10 — Imobilizações corpóreas	5 61	(41)	20	40
(Das quais: imóveis)	—	—	—	—
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	6 —	—	—	14 563
13 — Outros activos	—	—	—	5

(Em milhares de euros)

	Notas	2005		2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
15 — Contas de regularização	7	36	—	36
16 — Prejuízo do exercício		—	—	—
<i>Total do activo</i>		68 464	(41)	68 423

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	8	5 700	4 800
2 — Débitos para com clientes	9	—	13 498
3 — Débitos representados por títulos		—	—
4 — Outros passivos		11	—
5 — Contas de regularização	10	38	31
6 — Provisões para riscos e encargos		—	—
6-A — Fundos para riscos bancários gerais		—	—
8 — Passivos subordinados		—	—
<i>Total do passivo</i>		5 749	18 329
9 — Capital social	11	19 601	29 038
10 — Prémios de emissão	12	10 397	10 397
11 — Reservas	12	24 619	30 305
12 — Reservas de reavaliação		—	—
13 — Resultados transitados		—	—
14 — Lucro do exercício		8 057	20 963
<i>Total da situação líquida</i>		62 674	90 703
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>		68 423	109 032

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	13	156	238
2 — Comissões		—	—
3 — Prejuízos em operações financeiras	14	4	6
4 — Gastos gerais administrativos		153	51
4.1 — Custos com o pessoal	15	(41)	(40)
4.2 — Outros gastos administrativos		(112)	(11)
5 — Amortizações do exercício	5	20	20
6 — Outros custos operacionais		—	—
7 — Provisões para crédito vencido e outros riscos		—	—
8 — Provisões para imobilizações financeiras		—	—
10 — Resultado da actividade corrente		(8 022)	(8 915)
11 — Perdas extraordinárias	16	64	2
13 — Impostos sobre os lucros	21	8	5
14 — Outros impostos		—	—
15 — Lucro do exercício		8 057	20 963
		8 462	21 285

PROVEITOS

	Notas	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	17	63	42
2 — Rendimentos de títulos	18	8 286	9 183
3 — Comissões		—	—

	Notas	2005	2004
4 — Lucros em operações financeiras	14	6	5
5 — Reposição e anulação respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e para compromissos		—	—
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas		—	—
7 — Outros proveitos operacionais		—	—
8 — Resultado da actividade corrente		—	—
9 — Ganhos extraordinários	19	107	12 055
11 — Prejuízo do exercício		—	—
		<u>8 462</u>	<u>21 285</u>

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Mapa de alterações na situação líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital (nota n.º 11)	Reserva legal (nota n.º 12)	Prémios de emissão (nota n.º 12)	Reservas livres e resultados transitados (nota n.º 12)
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	69 740	29 038	2 141	10 397	28 164
Constituição de reservas	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	336	—	(336)
Resultado líquido do exercício de 2004	<u>20 963</u>	—	—	—	<u>20 963</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	90 703	29 038	2 477	10 397	48 791
Redução de capital	(36 086)	(9 437)	—	—	(26 649)
Reserva legal	—	—	1 048	—	(1 048)
Resultado líquido do exercício de 2005	<u>8 057</u>	—	—	—	<u>8 057</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	<u>62 674</u>	<u>19 601</u>	<u>3 525</u>	<u>10 397</u>	<u>29 151</u>

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	65	42
Pagamento de juros e comissões	(149)	(283)
Pagamentos a empregados e a fornecedores	(153)	(51)
Outros recebimentos e pagamentos	(64)	(3)
Rendimento de participações	<u>8 286</u>	<u>9 183</u>
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	7 985	8 888
Aumentos/diminuições nos activos operacionais:		
Outros activos operacionais	5	4
Outros passivos e contas de regularização	<u>3</u>	<u>—</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	7 993	8 892
Impostos sobre o rendimento pagos	<u>(36)</u>	<u>(5)</u>
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	<u><u>7 957</u></u>	<u><u>8 887</u></u>

(Em milhares de euros)

Fluxos de caixa das actividades de investimento:

	2005	2004
Compra de acções próprias	(21 523)	(14 563)
Venda de acções próprias	36 086	—
Compra de participações	—	(1 012)
Valores recebidos na venda de participações	228	25 811
Compra de imobilizações	—	(60)
Venda de imobilizações	—	—
Prémios pagos aos accionistas	(36 086)	—
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	<u>(21 295)</u>	<u>10 176</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	—	—

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Dorotheia Neves Nunes*.

Notas às demonstrações financeiras 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

1 — Políticas contabilísticas:

1.1 — *Bases de apresentação*. — A Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (Finantipar), é uma sociedade de capitais privados, constituída em 15 de Junho de 1992. A sociedade tem como objecto a gestão de participações sociais em outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas com base em registos contabilísticos expressos em euros e foram elaboradas em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), estabelecido pelo Banco de Portugal.

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2005. Todos os custos e proveitos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes às datas de reconhecimento.

1.2 — *Reconhecimento de custos e proveitos*. — Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

1.3 — *Imobilizações corpóreas*. — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição incluindo os encargos de compra.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Equipamento	4 a 8
Viaturas	4

1.4 — *Participações e partes de capital em empresas coligadas*. — Nas demonstrações financeiras individuais da Finantipar na rubrica de partes de capital em empresas coligadas, são registadas as participações nas empresas em que a sociedade exerce uma posição de domínio e cujo interesse pela sua manutenção está ligado à sua actividade e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro. Estas participações que, na sua generalidade, são objecto de consolidação pelo método de integração global encontram-se registadas nas contas individuais pelo respectivo custo de aquisição.

Na rubrica de participações são registadas:

i) As participações de capital inferiores a 50% e superiores ou iguais a 20%, em empresas em que a Finantipar não exerce domínio, mas que se revistam de carácter duradouro e sejam detidas em resultado da existência de ligações de complementaridade com a sua actividade. Estas participações, que são tratadas como empresas associadas, encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição e são apresentadas nas contas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial;

ii) Outras participações, que correspondem a:

Participações de carácter estratégico e duradouro apesar da percentagem do capital detido ser inferior a 20%; e

Participações em empresas que serão objecto de alienação a curto prazo.

Os dividendos recebidos das sociedades participadas são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são distribuídos, desde que a sua proveniência seja subsequente à data de aquisição. Caso contrário são tratados como uma recuperação do investimento sendo registados como uma redução do custo do investimento.

As eventuais desvalorizações de valor significativo e com carácter permanente, identificadas nas participações detidas, são provisionadas.

1.5 — *Imposto sobre o rendimento*. — A Finantipar está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), e no artigo 31.º do Estatuto dos Beneficiários fiscais com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos passivos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação em IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

1.6 — *Demonstração de fluxos de caixa*. — Para efeito da demonstração de fluxos de caixa, a sociedade considera que a rubrica de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito é equivalente à rubrica de caixa.

2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica é constituída por depósitos à ordem no Banco Finantia, S. A., no montante de 68 milhares de euros (2004: 2 milhares de euros).

3 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía dois depósitos a prazo junto do Banco Finantia, S. A., no montante total de 26 000 milhares de euros, remunerados à taxa de 2,241%.

4 — Partes de capital em empresas coligadas:

A diferença entre o valor das participações e o valor correspondente à parte proporcional que as mesmas representam nos capitais próprios das empresas em que a Finantipar detém uma participação superior a 20% decompõe-se como segue:

Empresas	Actividade económica	Participação (porcentagem) (A)	Capitais próprios e resultados em 31 de Dezembro de 2005 (B)	Proporcional, capitais próprios e resultados do exercício (C = A x B)	Valor da participação em 31 de Dezembro de 2005 (D)	Diferença (C - D)
Banco Finantia, S. A., Rua General Firmino Miguel, 5, 1.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Bancária	50,22	179 428	90 109	68 291	21 818
Finantipar Finance, 3rd Floor, Harbor Center, P.O. Box 1348 George Town, Grand Cayman, Cayman	Financeira	100,00	34	34	8	(26)
					68 299	

O movimento ocorrido na rubrica de partes de capital em empresas coligadas, valorizadas ao custo de aquisição pelo contravalor em euros à taxa de câmbio oficial à data do balanço, no exercício de 2005 foi como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2004	68 420
Venda de acções do Banco Finantia, S. A.	(122)
Variação cambial das participações em USD	1
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	68 299

Durante o exercício de 2005, a Finantipar vendeu 67 182 acções do Banco Finantia, pelo montante de 229 milhares de euros, tendo sido originada uma mais-valia de 107 milhares de euros (v. nota n.º 20).

Em 31 de Dezembro de 2005, a participação da sociedade no Banco Finantia, S. A., corresponde a 50,22% do capital (50,31% em 31 de Dezembro de 2004), com um total de 37 665 827 acções.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os capitais próprios consolidados do Banco Finantia, S. A., podem ser resumidos como segue:

	2005	2004
Situação líquida:		
Capital	75 000	75 000
Reservas	15 629	9 818
Reservas de reavaliação	767	767
Resultados transitados	73 523	50 415
Resultado do exercício	37 497	30 544
<i>Total da situação líquida</i>	<u>202 416</u>	<u>166 544</u>
Interesses minoritários	274	375
	<u>202 690</u>	<u>166 919</u>

O balanço da Finantipar Finance, Ltd., em 31 de Dezembro de 2005, convertido para euros ao câmbio aplicável na data de balanço (1 euro = 1,1797 dólares dos Estados Unidos) pode ser resumido como segue:

	2005	2004
Activo:		
Disponibilidades	68	7
Títulos de negociação	12 301	—
<i>Total do activo</i>	<u>12 369</u>	<u>7</u>
Passivo:		
Recursos sobre instituições de crédito	12 300	—
Outros passivos	35	—
<i>Total do passivo</i>	<u>12 335</u>	<u>—</u>

	2005	2004
Capital próprio:		
Capital subscrito	8	7
Resultados transitados	—	(1 045)
Resultado do exercício	26	1 045
<i>Total do capital próprio</i>	<u>34</u>	<u>7</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>12 369</u>	<u>7</u>

5 — Imobilizações corpóreas:

O movimento ocorrido nas imobilizações corpóreas pode ser analisado como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aquisiç./dotaç.	Abates	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo:				
Viaturas	60	—	—	60
Outras imobilizações corpóreas	1	—	—	1
	<u>61</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>61</u>
Amortizações acumuladas:				
Viaturas	20	20	—	40
Outras imobilizações corpóreas	1	—	—	1
	<u>21</u>	<u>20</u>	<u>—</u>	<u>41</u>

6 — Acções próprias ou partes de capital próprias:

O movimento ocorrido nas acções próprias pode ser analisado como segue:

	Número de acções	Valor
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1 055 574	14 563
Aquisições	831 890	21 523
Redução de capital	(1 887 464)	(36 086)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	—	—

No exercício de 2004, foi deliberada a autorização para adquirir até 25% de acções próprias para posterior redução de capital social da sociedade, mediante a extinção de acções próprias, em conformidade com o disposto dos artigos 319.º, 463.º, n.º 1 e n.º 2, alínea b),

e 317.º, n.º 3, alínea b), do Código das Sociedades Comerciais. Ao abrigo desta deliberação, a Finantipar adquiriu, durante o ano de 2005, 396 322 de acções próprias pelo montante de 9884 milhares de euros. Esta redução de capital ocorreu em 15 de Fevereiro de 2005 através de celebração de escritura pública.

No dia 12 de Maio de 2005, a assembleia geral deliberou uma redução de capital social por extinção de acções próprias a adquirir pela sociedade, nos termos do artigo 463.º n.º 1 e n.º 2, alínea b), do Código das Sociedades Comerciais, de 10% do capital social emitido e realizado.

Ao abrigo desta deliberação, a Finantipar adquiriu 435 568 acções próprias pelo montante de 11 638 milhares de euros. Esta redução ocorreu no dia 28 de Julho de 2005.

Com as reduções acima referidas, o capital social da Finantipar passou a ser de 19 601 milhares de euros (v. nota n.º 11).

7 — Contas de regularização do activo:

A 31 de Dezembro de 2005, o saldo desta rubrica é integralmente composto por pagamentos por conta de IRC.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, este saldo era integralmente composto pelos juros sobre os depósitos a prazo junto do Banco Finantia, S. A.

8 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Empréstimos:		
Banco Finantia, S. A.	5 700	4 800

Em 31 de Dezembro de 2005, o empréstimo concedido pelo Banco Finantia, S. A., apresenta as seguintes características:

Montante em moeda — 5700;
Moeda — EUR;
Data de início — 14 de Outubro de 2005;
Data de fim — 13 de Outubro de 2006;
Taxa de juro — Euribor 6m + 0,75%.

9 — Débitos para com clientes:

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica era relativo a uma ordem de pagamento, no âmbito da compra de acções próprias.

10 — Contas de regularização do passivo:

O saldo das contas de regularização do passivo, a 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é integralmente composto pelos juros especializados sobre os débitos para com o Banco Finantia, S. A. (v. nota n.º 8).

11 — Capital social:

O capital social da sociedade, no montante de 19 600 605 euros, encontra-se integralmente realizado e é representado por 3 920 121 acções de valor nominal de 5 euros cada uma.

Em 2005 foram efectuadas duas reduções de capital, nos meses de Fevereiro e Julho, no valor nominal de 7 259 480 euros e 2 177 840 euros, respectivamente (v. nota 6).

12 — Reservas e resultados transitados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Reserva legal	3 526	2 477
Prémios de emissão	10 397	10 397
Reservas especiais	9 437	—
Outras reservas e resultados transitados	11 656	27 827
	35 016	40 701

A reserva legal e os prémios de emissão só podem ser utilizados para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Nos termos da legislação aplicável, a reserva legal é anualmente creditada com, pelo menos, 5 % do lucro líquido apurado no exercício, até perfazer a quinta parte do capital social.

Em conformidade com as deliberações de redução do capital social da assembleia geral, a Finantipar constituiu reservas especiais, sujeitas ao mesmo regime da reserva legal, nos montantes de 7259 milhares de euros e 2178 milhares de euros, equivalentes ao valor nominal total de acções próprias extintas (v. nota n.º 6).

13 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Juros de empréstimos:		
Banco Finantia, S. A.	156	238

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui juros sobre os débitos para com o Banco Finantia, S. A. (v. nota n.º 8).

14 — Resultados em operações financeiras:

Nos exercícios findos em 2005 e 2004, os resultados em operações financeiras representam mais e menos-valias na reavaliação de moeda.

15 — Custos com pessoal:

Nos exercícios findos em 2005 e 2004, esta rubrica é integralmente composta pela remuneração do fiscal único da sociedade, nos montantes de 41 milhares de euros e 40 milhares de euros, respectivamente.

16 — Perdas extraordinárias:

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo desta rubrica inclui perdas relativas a exercícios anteriores, respeitantes a uma insuficiência na estimativa de imposto no montante de 62 milhares de euros.

17 — Juros e proveitos equiparados:

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui juros de depósitos a prazo junto do Banco Finantia, S. A., no montante de 63 milhares de euros (2004: 42 milhares de euros) (v. nota n.º 3).

18 — Rendimento de títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Dividendos recebidos:		
Banco Finantia, S. A.	8 286	8 061
Finantipar Finance, Ltd.	—	1 122
	8 286	9 183

19 — Ganhos extraordinários:

Nos exercícios findos em 2005 e em 2004, a rubrica de ganhos extraordinários é composta por ganhos obtidos com a venda de acções do Banco Finantia, S. A., a entidades não pertencentes ao Grupo (v. nota n.º 4).

20 — Saldo e transacções com empresas do Grupo:

Os saldos e as transacções mais significativas com as empresas do Grupo Finantia são apresentados nas notas correspondentes.

21 — Impostos sobre lucros:

A Finantipar está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama (v. nota n.º 1.5).

No exercício de 2005, a sociedade tem um imposto a recuperar de 27 milhares de euros:

	2005	2004	2003
Apuramento do imposto sobre o rendimento:			
Resultado antes de imposto	8 066	20 968	6 736
Eliminação de lucros distribuídos	(8 286)	(8 061)	(6 718)
Outros	243	(12 278)	213
Rendimento tributável	23	629	231
Reporte de prejuízos fiscais acumulados	—	(615)	(846)
Matéria colectável	23	14	—
Imposto sobre o rendimento	6	4	—
Despesas tributadas autonomamente	31	20	—
Tributação autónoma	2	1	—
Imposto sobre o rendimento:			
Reconhecimento como custo do exercício	8	5	—
Pagamento especial por conta acumulado	35	5	10
Retenções na fonte	—	—	—
Saldo a pagar/(recuperar)	(27)	—	(10)

22 — Elementos da demonstração dos resultados e do balanço ventilados por linhas de negócio e por mercados geográficos:

A sociedade dedica-se à gestão de participações sociais, sendo este o único segmento de negócio onde deverão ser considerados a totalidade dos elementos da demonstração dos resultados e do balanço.

A totalidade da actividade da sociedade é desenvolvida em Portugal, sendo este o único segmento geográfico onde deverão ser considerados a totalidade dos elementos da demonstração dos resultados e do balanço.

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2005		2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2	5 386	—	5 386
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	19 360	—	19 360
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	4	1 330 139	(4 606)	1 325 533
4 — Créditos sobre clientes	5	287 396	(6 912)	280 484
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
a) De emitentes públicos	6	323 828	(855)	322 973
b) De outros emitentes	6	682 910	(26 614)	656 296
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	7	17 978	—	17 978
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	8	405	—	405
10 — Imobilizações incorpóreas	9	4 859	(4 221)	638
11 — Imobilizações corpóreas	10	38 331	(18 935)	19 396
12 — Acções próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	11	5 301	(3 145)	2 156
14 — Contas de regularização	12	20 419	—	20 419
<i>Total do activo</i>		2 736 312	(65 288)	2 671 024

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	13	1 095 971	607 626
2 — Débitos para com clientes:			
a) À vista		18 825	6 037
b) A prazo	14	1 177 255	489 438

	Notas	2005	2004
3 — Débitos representados por títulos	15	—	7 062
4 — Outros passivos	16	45 199	56 234
5 — Contas de regularização	17	53 843	78 804
6 — Provisão para riscos e encargos	18	5 554	6 216
9 — Passivos subordinados	19	79 856	19 976
<i>Total do passivo</i>		<u>2 476 503</u>	<u>1 271 393</u>
10 — Capital	20	19 601	29 038
11 — Prémios de emissão	21	10 397	10 397
12 — Reservas	21	19 155	12 295
13 — Reservas de reavaliação	21	767	767
14 — Resultados transitados	21	29 120	17 337
15 — Lucro consolidado do exercício		19 295	28 955
<i>Total da situação líquida</i>		<u>98 335</u>	<u>98 789</u>
Interesses minoritários		96 186	78 021
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<u>2 671 024</u>	<u>1 448 203</u>

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

	Notas	2005	2004
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	33	782 926	426 503
Dos quais:			
1.2 — Garantias e avales		37 094	36 666
1.3 — Cauções e activos dados em garantia		745 832	389 837
2 — Compromissos	33	24 079	20 675
3 — Operações de titularização	33	668 923	481 674
4 — Operações associadas a eventos de crédito	33	158 059	94 789

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	24	45 996	27 682
2 — Comissões	25	1 945	2 501
3 — Prejuízos em operações financeiras	26	185 285	208 227
4 — Gastos gerais administrativos:			
4.1 — Custos com pessoal	27	19 397	18 139
4.2 — Outros gastos administrativos	28	22 526	20 910
5 — Amortizações do exercício	9 e 10	2 313	3 149
6 — Outros custos de exploração	29	21 009	16 914
7 — Provisões para crédito vencido e outros riscos	30	31 928	28 953
8 — Perdas extraordinárias	31	1 479	3 215
9 — Impostos sobre os lucros	32	4 080	1 651
10 — Outros impostos		458	366
11 — Resultado em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	33	—	—
12 — Interesses minoritários	22	18 013	14 530
13 — Lucro consolidado do exercício		19 295	28 955
		<u>373 724</u>	<u>375 192</u>

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	23	136 606	93 012
2 — Rendimentos de títulos		374	186

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
3 — Comissões	25	22 277	15 569
4 — Lucros em operações financeiras	26	194 014	226 426
5 — Reposições e anulações de provisões	30	10 331	11 896
6 — Resultado em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	33	353	253
7 — Outros proveitos de exploração	29	8 944	13 589
8 — Ganhos extraordinários	31	825	14 261
9 — Interesses minoritários		—	—
		373 724	375 192

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Mapa de alterações na situação líquida consolidada para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital (nota n.º 19)	Prémio de emissão (nota n.º 20)	Reservas e resultados acumulados (nota n.º 12)	Ações próprias
Saldos a 31 de Dezembro de 2003	77 951	29 038	10 397	38 516	—
Prémios pagos na compra de acções próprias	(9 285)	—	—	(9 285)	—
Ajustamentos de consolidação	1 168	—	—	1 168	—
Resultado do exercício	28 955	—	—	28 955	—
Saldos a 31 de Dezembro de 2004	98 789	29 038	10 397	68 639	(9 285)
Redução de capital	(36 086)	(9 437)	—	(26 649)	—
Prémios recebidos na venda de acções próprias	9 285	—	—	—	9 285
Alteração de política contab. risco-país [nota n.º 1.9, alínea a)]	6 660	—	—	6 660	—
Ajustamentos de consolidação	392	—	—	392	—
Resultado do exercício	19 295	—	—	19 295	—
Saldos a 31 de Dezembro de 2005	98 335	19 601	10 397	68 337	—

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	153 748	96 481
Pagamentos de juros e comissões	(42 632)	(30 733)
Pagamentos a empregados e a fornecedores	(42 720)	(38 586)
Outros recebimentos e pagamentos	(12 742)	(2 097)
Resultado operacional antes das alterações nos activos operacionais	55 654	25 065
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre clientes	46 970	(62 544)
Créditos sobre instituições de crédito	(851 124)	(101 207)
Títulos de negociação	(353 911)	(57 811)
Outros activos operacionais	9 987	(15 476)
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais:		
Débitos para com clientes	700 605	126 305
Débitos para com instituições de crédito	488 345	38 399

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Débitos representados por títulos	(7 062)	7 062
Outros passivos operacionais	(53 759)	69 813
Caixa líquida das actividades operacionais antes de impostos sobre o rendimento	35 705	29 606
Impostos sobre o rendimento	142	462
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	<u>35 847</u>	<u>30 068</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	374	186
Compra de acções próprias	(21 523)	(14 564)
Compra de títulos de investimento	(139 083)	(49 131)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento	76 620	25 957
Compra de participações	—	(1 003)
Venda de participações	229	25 811
Compra de imobilizações	(2 969)	(2 670)
Valores recebidos na venda de imobilizações	727	1 114
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	<u>(85 625)</u>	<u>(14 299)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Dividendos pagos	(7 524)	(4 063)
Passivos subordinados	57 608	(10 319)
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<u>50 084</u>	<u>(14 382)</u>
Efeitos da alteração de taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	504	(516)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	810	871
Caixa e seus equivalentes no início do período	23 936	23 065
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24 746	23 936

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

1 — Políticas contabilísticas:

1.1 — *Bases de apresentação*. — A Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (Finantipar ou sociedade), é uma sociedade privada, constituída em 15 de Junho de 1992. A sociedade tem como objecto a gestão de participações sociais em outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas e indirectamente, através das suas subsidiárias, a Finantipar realiza em operações de locação financeira, gestão de participações sociais,

gestão de activos financeiros e de fundos, *forfaiting* e financiamento do crédito ao consumo.

As demonstrações financeiras do Grupo Finantipar foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário e as normas do Banco de Portugal. Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Finantipar — SGPS, S. A., e das suas subsidiárias, também adiante designado no seu conjunto por Grupo Finantipar (Grupo).

Estrutura do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de participação nas empresas subsidiárias e participadas era a seguinte:

Actividade económica	Participação (percentagem) (A)	Capitais próprios e resultados em 31 de Dezembro de 2005 (B)	Proporcional, capitais próprios e resultados do exercício (C = A x B)	Valor da participação em 31 de Dezembro de 2005 (D)	Diferença (C - D)	
Método de consolidação integral:						
Banco Finantia, S. A., Rua General Firmino Miguel, 5, 1.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Bancária	50,22	179 428	90 109	68 291	21 818
Banco Finantia International, Ltd., Strathvale House, 3rd Floor, 90, North Church Street, Grand Cayman, Cayman	Bancária	50,22	35 162	17 658	33 907	(16 249)
Banco Finantia Sofinloc, S. A., Avenida Menéndez Pelayo, 67 (Torre Retiro), 28009 Madrid, Espanha	Bancária	48,34	29 873	14 441	24 827	(10 386)
Esprin — Española de Promociones, S. L., Calle Tellez, 30, Madrid, Espanha	Prestação de serviços	50,22	77	39	57	(18)
Finantia Brasil, L.ª, R. Geraldo Flausino Gomes, 42, conj. 92, 04575-060 São Paulo, Brasil	Prestação de serviços	50,22	89	45	77	(32)

Actividade económica	Participação (percentagem) (A)	Capitais próprios e resultados em 31 de Dezembro de 2005 (B)	Proporcional, capitais próprios e resultados do exercício (C = A x B)	Valor da participação em 31 de Dezembro de 2005 (D)	Diferença (C - D)	
Finantia Europe, Ltd., Jersey, 17 Bond Street, St. Helier, Channel Islands, Jersey	Prestação de serviços	50,22	316	159	520	(361)
Finantia PH, Ltd., Pórtico Building, Marina Street, Pieta, Malta	Gestão de participações	50,22	6 666	3 348	20	3 328
Finantia Securities, Ltd., 4th floor, 62 Cornhill, London EC3V 3NH, Reino Unido	Broker-dealer	50,22	42 911	21 550	45 025	(23 475)
Finantia Serviços — Prestação de Serv. Empresariais, L.ª, R. General Firmino Miguel, 5, 1.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Prestação de serviços	50,22	2 762	1 387	25	1 362
Finantia SGFTC, S. A., Rua General Firmino Miguel, 5, 1.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Administração de fundos	50,22	909	456	250	206
Finantia USA, Ltd., 437 Madison Avenue, 39th floor, New York, NY 10022, EUA	Broker-dealer	50,22	915	460	849	(389)
Sofinloc — Instituição Financeira de Crédito, S. A., Rua General Firmino Miguel, 5, 14.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Crédito especializado	50,22	40 663	20 421	39 355	(18 934)
Finantia Emea — Third floor, Harbour Center, PO Box 1348 George Town, Grand Cayman, Cayman Islands	Prestação de serviços	50,22	4 023	2 020	10	2 010
Finantia Madeira — SGPS, S. A., Rua 31 de Janeiro, 13-A, 4.º, Funchal, Portugal	Gestão de participações	50,22	12 635	6 345	60	6 285
Finantia Holding BV — Locatellikade 1, 1076AZ Amsterdão, Holanda	Gestão de participações	50,22	38	19	20	(1)
Finantia Participações — SGPS, S. A., Rua General Firmino Miguel, 5, 1.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Gestão de participações	50,22	50	25	50	(25)
Método de equivalência patrimonial:						
Sofinloc Mediadora — Soc. de Mediação de Seguros, L.ª, R. General Firmino Miguel, 5, 6.º, 1600-100 Lisboa, Portugal	Mediação de seguros	50,22	405	203	30	173

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas com sede no estrangeiro foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos estatutários, processados em conformidade com o normativo local vigente.

As demonstrações financeiras da Finantipar, subsidiárias e empresas associadas, são apresentadas às datas de 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

Principais alterações na estrutura do Grupo:

No dia 21 de Fevereiro de 2005, foi constituída a empresa Finantia Emea, Ltd., com sede em Cayman, tendo sido o capital de 10 milhares de euros, subscrito pela Finantia Ph, Ltd.

No dia 31 de Outubro de 2005, o Banco Finantia, S. A., transmitiu à Finantia Holdings BV a totalidade do capital da Finantia Securities, Ltd., pelo valor de 54 251 milhares de dólares dos Estados Unidos (contravalor de 45 123 milhares de euros).

No dia 24 de Novembro de 2005, o Banco Finantia, S. A., comprou à Sofinloc — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as participações no Banco Finantia Sofinloc, S. A., pelo valor de 11 930 milhares de euros e na Sofinloc — Instituição Financeira de Crédito, S. A., pelo valor de 39 355 milhares de euros.

No dia 29 de Novembro de 2005, o Banco Finantia, S. A., vendeu à Finantia Holdings BV a participação na Finantia Brasil, pelo valor de 90 milhares de dólares dos Estados Unidos (77 milhares de euros).

No dia 22 de Dezembro de 2005, a Sofinloc — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., foi dissolvida e liquidada. No contrato de dissolução ficou acordado que o passivo social superveniente à data de liquidação seria assumido pelo accionista único, o Banco Finantia, S. A.

Ainda na mesma data procedeu-se à transformação da forma jurídica da Xenon — SGPS, L.ª, de sociedade por quotas para sociedade anónima e ao aumento de capital de 5 milhares de euros para 50 milhares de euros através da celebração de escritura pública.

O capital é representado por 10 000 acções, com valor nominal de 5 milhares de euros cada, encontrando-se integralmente realizado.

A denominação da sociedade foi alterada para Finantia Madeira — SGPS, S. A.

Nesse mesmo dia, o Banco Finantia, S. A., constituiu a empresa Finantia Participações — SGPS, S. A., com um capital social de 50 milhares de euros, tendo por objecto principal a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício da actividade económica.

No dia 28 de Dezembro de 2005, o Banco Finantia, S. A., vendeu à Finantia Holdings BV acções da Finantia USA, Ltd., correspondendo à totalidade do capital, pelo valor de 1005 milhares de dólares dos Estados Unidos (852 milhares de euros).

Durante o exercício de 2005, a Finantipar vendeu 67 182 acções do Banco Finantia, pelo montante de 229 milhares de euros, tendo sido originada uma mais-valia de 107 milhares de euros. Em 31 de Dezembro de 2005, a participação da sociedade no Banco Finantia, S. A., corresponde a 50,22% do capital (50,31% em 31 de Dezembro de 2004), com um total de 37 665 827 acções.

As demonstrações financeiras da sociedade, das suas subsidiárias e das associadas, em 31 de Dezembro de 2005, encontram-se pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção do conselho de administração que estas demonstrações financeiras, utilizadas na preparação das contas consolidadas da Finantipar — SGPS, S. A., virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2 — Bases de consolidação:

Datas de referência:

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, e conforme descrito na nota n.º 1.1, as demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., suas subsidiárias e empresas associadas.

Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias que representem a maioria do capital, ou de direitos de voto, e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral (v. nota n.º 1.1). Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados em consolidação.

Participações financeiras em outras empresas:

A Sofinloc Mediadora — Sociedade de Mediação de Seguros, L.ª, é registada no balanço consolidado, na rubrica de outras participações financeiras (v. nota n.º 8), pelo método de equivalência patrimonial nos termos do Decreto-Lei n.º 36/92.

Os saldos e transacções mais significativas com as empresas do Grupo são apresentados nas notas correspondentes.

Goodwill:

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida à data de aquisição. O *goodwill* é anulado por contrapartida de reservas e ou resultados transitados no ano em que ocorre a aquisição da participação.

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em euros às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio média do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, são registadas em reservas.

1.3 — *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são anulados e reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

1.4 — *Encargos com origem de contratos de financiamento automóvel.* — Os encargos com origem de contratos de financiamento automóvel, bem como os encargos com publicidade são reconhecidos no momento de celebração dos correspondentes contratos.

1.5 — *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir riscos específicos, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Grupo, tomando em consideração a existência ou não de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente (v. notas n.ºs 5 e 30).

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, com as modificações que foram introduzidas posteriormente. O valor global das provisões para crédito em 31 de Dezembro de 2005 (v. nota n.º 5), é considerado suficiente para fazer face aos riscos de crédito identificados a essa data, em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de base comercial, e satisfaz o provisionamento mínimo requerido pelo Banco de Portugal.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, de acordo com as normas do Banco de Portugal, quando no ano anterior atingiu 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecuperável numa óptica económica.

Os valores dos créditos recuperados são contabilizados como proveitos do exercício em que ocorram.

1.6 — *Provisões para outras aplicações.* — De acordo com as instruções do Banco de Portugal, as diferenças negativas entre o valor do capital vincendo de equipamento recuperado e o respectivo valor de mercado, são provisionadas na sua totalidade.

1.7 — *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, e excluindo os que foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo (v. notas n.ºs 18 e 30).

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

1.8 — *Provisão para operações de titularização.* — A provisão para operações de titularização foi calculada com base nos critérios definidos no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, relativo a provisões para crédito concedido, aplicados aos saldos dos créditos de clientes em 31 de Dezembro de 2005 no âmbito das operações de titularização. O Banco de Portugal requer a constituição desta provisão sempre que a instituição cedente ou qualquer entidade do mesmo grupo adquira títulos emitidos no âmbito de operações de titularização.

1.9 — *Provisão para risco-país:*

a) *Provisão para risco-país — obrigações:*

Até 31 de Dezembro de 2004 a provisão para risco-país era constituída nos termos do aviso n.º 3/95 e da instrução n.º 94/96 originando a constituição de provisão para risco-país para obrigações.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Banco passou a aplicar os pontos 1.4.3 a 1.4.7 da referida instrução, originando que a provisão existente nesta data, referente a obrigações, fosse totalmente revertida (v. nota n.º 30), tendo a conta de reservas livres sido incrementada directamente por 12 807 milhares de euros, não tendo por isso afectado o resultado do exercício.

b) *Provisão para risco-país — forfeiting:*

De acordo com o aviso n.º 3/95 são objecto de provisionamento as operações de financiamento ao comércio externo que não cumpram as condições aí estipuladas, quando registadas no Banco Finantia, S. A.

1.10 — *Obrigações, acções e títulos de rendimento fixo ou variável.* — Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados pelo valor de aquisição e reavaliadas diariamente com base na cotação de mercado, acrescido dos juros corridos e não cobrados. Na ausência de valor de mercado, estes títulos são valorizados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros corridos.

As diferenças que resultam da aplicação dos critérios anteriores são registadas como custos ou proveitos.

As acções e outros títulos de rendimento variável são valorizados à cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de valorização que respeitem a acções que integrem a composição dos índices referidos no anexo à instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, ou que, sendo negociadas em outras bolsas de valores, apresentem liquidez adequada, integram os resultados de cada período. Para os restantes títulos de rendimento variável as diferenças de reavaliação são diferidas em balanço nas contas de regularização do activo e do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais e reconhecidas em custos ou proveitos na data de venda. As menos-valias potenciais apuradas são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

Títulos de investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda mas cuja retenção ultrapassa, em regra, os seis meses, ou que, apesar de ser intenção do Grupo mantê-los na sua carteira até à data de reembolso, não observam as condições para serem classificados como títulos a vencimento (v. notas n.ºs 6 e 7).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal, são registadas ao custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que ocorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos a receber e apresentados na rubrica de contas de regularização do activo.

Os títulos emitidos a desconto são registados pelo seu valor nominal. A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é considerada como uma receita com proveito diferido. Os juros

corridos são registados diariamente nas respectivas contas de proventos.

As diferenças negativas verificadas entre o valor de mercado, à data de balanço e o custo de aquisição dos títulos são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. As menos-valias potenciais resultantes de diferenças apuradas entre o seu valor contabilístico e o correspondente valor de cotação ou, na falta deste, o valor nominal ou o presumível valor de realização, dos dois o menor, são provisionadas por contrapartida de resultados. Estas provisões estão apresentadas no activo a deduzir às rubricas correspondentes (v. notas n.ºs 7 e 30). As mais-valias não realizadas não são objecto de qualquer contabilização.

1.11 — *Operações em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira, sejam convertidos para euros com base nos câmbios de referência do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal (v. nota n.º 37).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos respectivos activos e passivos dessa moeda, acrescida dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de referência do dia divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proventos.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a esta posição são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, que representam o proveito ou o custo decorrentes da reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial a prazo por contrapartida de custos ou proventos.

1.12 — *Operações de permuta de divisas e de taxa de juro (swaps):*

Operações de permuta de divisas (*currency swaps*):

Os *currency swaps* não são considerados para efeitos da reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo.

Os prémios e os descontos destas operações são amortizados durante o seu período de vida, por contrapartida de custos ou proventos.

Operações de permuta de taxas de juro (*interest rate swaps — IRS*) e de permuta de taxa de juro e moeda (*currency interest rate swaps — CIRS*):

As operações de IRS e CIRS permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de referência (nacional) até à maturidade, sendo classificadas de acordo com a intenção de negociação ou cobertura.

Os IRS e CIRS de negociação ou os que não cumpram as definições e condições para que possam ser considerados operações de cobertura, deverão ser reavaliados com base nas condições de mercado (*marked to market*), com os correspondentes perdas ou ganhos reconhecidos de imediato em resultados do exercício.

As operações de cobertura destinadas à gestão do risco inerente aos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais, são valorizadas e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos. A reavaliação dos contratos de cobertura apenas é relevada contabilisticamente no caso em que os elementos cobertos correspondam a activos avaliados ao custo de aquisição e sujeitos à constituição de provisões para depreciação, desde que o valor de mercado desses activos seja inferior ao respectivo custo de aquisição. Em todos os restantes IRS e CIRS de cobertura é seguido o critério de custo histórico que consiste no registo dos fluxos de juros corridos, de acordo com o princípio dos acréscimos.

1.13 — *Futuros.* — As posições de negociação em contratos de futuros, transaccionados em mercados organizados, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal e reavaliados diariamente com base nas cotações de mercado, sendo as perdas e os ganhos, realizados e não realizados (custo ou proveito, associado ao encerramento das posições detidas), relevados em resultados do exercício. Se transaccionados em mercados não organizados ou com pouca liquidez, apenas as perdas latentes são reconhecidas em resultados do exercício.

1.14 — *Imobilizações incorpóreas.* — O imobilizado incorpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes para um período de entre três a seis anos.

1.15 — *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição, incluindo encargos de compra. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Máquinas e mobiliário	5 a 10
Viaturas	4
Equipamento informático	3 a 4
Outras imobilizações	4 a 10

1.16 — *Contratos de locação financeira:*

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos respectivos períodos durante o prazo do contrato, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.17 — *Acções próprias.* — As acções próprias são registadas ao seu valor nominal no activo.

O prémio ou desconto, determinado pela diferença entre o preço de aquisição e o seu valor nominal, é registado por contrapartida de reservas.

1.18 — *Pensões de reforma.* — O Grupo encontra-se sujeito ao regime geral da segurança social, não tendo quaisquer responsabilidades pelo pagamento de pensões ou complementos de pensões de reforma aos seus colaboradores.

1.19 — *Fundo de Garantia de Depósitos.* — Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94, do Ministério das Finanças.

As contribuições anuais pagas são reconhecidas como custos no exercício a que dizem respeito.

1.20 — *Fiscalidade.* — As empresas do Grupo sediadas em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado pelo Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a sucursal financeira exterior na Madeira beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo dos artigos 33.º e 33.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada respectivamente pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro.

As subsidiárias com sede no estrangeiro são tributadas em conformidade com as disposições fiscais localmente vigentes.

De acordo com a legislação portuguesa as declarações para impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam (10 anos para a segurança social até 2000, cinco anos após 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

O conceito de impostos diferidos passivos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou deduzidos num futuro próximo.

1.21 — *Operações de venda com acordo de recompra e de compra com acordo de revenda (repos e reverse repos).* — Trata-se de operações de cedência ou tomada de fundos que têm como colateral títulos, os quais são entregues ou recebidos temporariamente como garantia das operações.

Títulos cedidos com acordo de recompra são mantidos no balanço da entidade cedente e reavaliados como parte integrante da carteira. As responsabilidades relativas às quantias recebidas nas operações de *repo* são apresentadas no passivo, incluindo os respectivos juros que são reconhecidos como custos ao longo da vida das operações (v. nota n.º 13).

Os activos entregues em garantia são registados em rubricas extrapatrimoniais (v. nota n.º 34).

As cedências de fundos efectuadas através de *reverse repos* são registadas no activo, para este efeito equiparados a empréstimos, sendo os juros reconhecidos em resultados durante a vida das operações (v. nota n.º 5). Os títulos recebidos em garantia são registados em contas extrapatrimoniais (v. nota n.º 34).

1.22 — *Operações de forfaiting.* — Trata-se de operações de cedência de fundos ao exterior (*funded*) ou garantias (*unfunded*) sob a forma de desconto de títulos de crédito sobre operações de comércio externo.

As cedências de fundos ao exterior são registadas no activo, para este efeito equiparadas a empréstimos, pelo seu valor nominal, sendo o respectivo desconto registado numa conta de regularização do passivo e reconhecido em resultados durante a vida das operações.

As garantias são registadas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal, sendo periodificadas as respectivas comissões, sendo sujeitas à constituição de provisões para risco de crédito e risco-país sobre o seu respectivo valor nominal de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, tal como descrito nas notas n.ºs 1.7 e 1.9, alínea b).

1.23 — *Operações de swaps associados a eventos de crédito.* — Trata-se de um instrumento através do qual é possível investir ou efectuar cobertura do risco de crédito de um dado emitente.

Estes instrumentos são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal, sendo periodificadas as respectivas comissões. Os contratos correspondentes a posições vendedoras são sujeitos à constituição de provisões para riscos gerais de crédito.

1.24 — *Demonstração dos fluxos de caixa.* — Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equiva-

lentes corresponde ao somatório dos saldos de caixa e disponibilidades no Banco de Portugal (v. nota n.º 2) e de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (v. nota n.º 3).

1.25 — *Titularização de activos financeiros.* — Os valores referentes aos activos envolvidos em operações de titularização são deduzidos no momento da venda às rubricas do activo respectivas, pois todos os direitos e obrigações são transferidos, não estando sujeitos a recurso.

Os ganhos ou perdas apurados nessas operações são registados em resultados no período em que se realiza a operação.

1.26 — *Operações de cobertura de risco de taxa de juro.* — Para a cobertura de risco de taxa de juro são efectuadas operações de venda de títulos de dívida pública, com notação de risco AAA em USD ou EUR, consoante os activos a cobrir, com registo na rubrica de débito para com clientes a prazo, e com reavaliação diária reflectindo as variações positivas ou negativas em resultados de operações financeiras (v. notas n.ºs 14 e 26). Os juros dos títulos de dívida pública são reconhecidos como custo em juros e custos equiparados (v. nota n.º 24).

Os títulos vendidos são obtidos através de operações de compra com acordo de revenda — *reverse repos* contratados com instituições de crédito (v. nota n.º 4).

2 — Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Caixa	111	128
Depósitos à ordem	5 275	5 699
	5 386	5 827

Os depósitos à ordem encontram-se no Banco de Portugal e no Banco de Espanha e visam essencialmente satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de caixa.

Estes depósitos são remunerados à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) obtidas durante o período de manutenção considerado. Essas taxas oscilaram entre 0,3% e 9% durante o exercício de 2005.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Em instituições de crédito no País	9 459	10 828
Em instituições de crédito no estrangeiro ...	9 901	7 281
	19 360	18 109

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Operações de compra com acordo de revenda — <i>reverse repos</i>	746 819	—
Mercado monetário interbancário	93 100	40 000
Outras aplicações em instituições de crédito	490 220	439 015
	1 330 139	479 015
Provisões risco-país (v. nota n.º 30)	(4 606)	—
	1 325 533	479 015

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outras aplicações em instituições de crédito inclui *forfaiting* no montante de 174 144 milhares de euros (2004: 63 623 milhares de euros). A rubrica de pro-

visões para risco-país inclui o valor de 3192 milhares de euros referente às operações atrás referidas e o valor de 1414 milhares de euros para garantias decorrentes de operações de *forfaiting*, ambas calculadas de acordo com os critérios mencionados na nota n.º 1.9, alínea b).

A rubrica de de operações de compra com acordo de revenda — *reverses repos* refere-se à contratação de operações para cobertura de risco de taxa de juro (v. notas n.ºs 1.26 e 14).

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de provisão para risco-país são analisados na nota n.º 30.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é efectuada na nota n.º 36.

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Crédito sobre clientes	40 292	25 008
Capital em locação financeira	74 453	94 596
Financiamento de vendas a crédito	163 453	193 903
	<u>278 198</u>	<u>313 507</u>
Crédito vencido:		
Menos de 90 dias	1 773	2 886
Mais de 90 dias	7 425	15 472
	<u>9 198</u>	<u>18 358</u>
Provisão específica para crédito vencido (v. nota n.º 30)	(4 940)	(10 879)
Provisão específica para risco-país (v. nota n.º 30)	(1 972)	—
	<u>280 484</u>	<u>320 986</u>

Além da provisão específica acima indicada, existem, a 31 de Dezembro de 2005, provisões para riscos gerais de crédito no montante de 5554 milhares de euros (2004: 6079 milhares de euros), conforme indicado nas notas n.ºs 19 e 30.

As rubricas de capital em locação financeira e financiamento de vendas a crédito, representam os activos não titularizados da actividade de crédito ao consumo. Os activos titularizados encontram-se indicados na nota n.º 34. As provisões de crédito para os activos titularizados, afectadas às notas de titularização, encontram-se indicadas nas notas n.ºs 6 e 30.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de crédito sobre clientes inclui *forfaiting* no montante de 32 136 milhares de euros (2004: 14 603 milhares de euros), para os quais existe uma provisão para risco país de 1972 milhares de euros, calculada de acordo com os critérios mencionados na nota n.º 1.9, alínea b).

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de provisão para crédito vencido e para risco-país são analisados na nota n.º 30.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é efectuada na nota n.º 36.

A rubrica de capital em locação financeira corresponde às rendas de locação financeira a receber, deduzidas dos juros futuros respectivos e acrescidas do valor residual dos bens locados, conforme aplicável, como segue:

	2005	2004
Rendas de locação financeira	53 697	87 784
Juros referentes às rendas de locação financeiras futuras	(6 567)	(14 389)
Valor residual dos bens locados	27 323	21 201
	<u>74 453</u>	<u>94 596</u>

Durante o exercício de 2005, o Grupo, dando continuidade à política de operações de titularização, alienou parte da sua carteira de crédito, cujo valor contabilístico era de 459 710 milhares de euros (2004: 307 682 milhares de euros). O montante total do crédito vendido vivo no âmbito de operações de titularização era de 668 923 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2005 (2004: 481 674 milha-

res de euros), conforme apresentado na nota n.º 34 às demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2005 procedeu-se à anulação contabilística de créditos no montante de 9281 milhares de euros (2004: 3759 milhares de euros).

6 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Obrigações de emissores públicos:		
Residentes	2 118	2 159
Não residentes:		
OCDE	97 774	54 715
Fora da OCDE	223 936	153 014
	<u>323 828</u>	<u>209 888</u>
Obrigações e outros tít. de outros emissores:		
Residentes	9 806	7 259
Não residentes:		
OCDE:		
Notas de titularização	110 155	55 119
Outras obrigações	169 612	129 217
Fora da OCDE	393 337	138 749
	<u>682 910</u>	<u>330 344</u>
Provisão para títulos (v. nota n.º 30)	(1 312)	(17)
Provisão para risco-país (v. nota n.º 30)	—	(12 805)
Provisão para operações de titularização (v. nota n.º 30)	(26 157)	(17 697)
	<u>(27 469)</u>	<u>(30 519)</u>
	<u>979 269</u>	<u>509 713</u>

Os títulos de rendimento fixo com vencimento no decurso do ano de 2006, ascendem a 96 964 milhares de euros (2473 milhares de euros de emissores públicos e 94 491 milhares de euros de outros emissores).

No decurso do ano 2005, o Banco Finantia, S. A., reverteu a provisão para risco-país para a carteira de títulos, sendo o saldo transitado levado directamente a reservas livres, não tendo por isso afectado directamente o resultado do exercício [v. notas n.ºs 1.9, alínea a), e 30].

A rubrica de notas de titularização inclui as notas emitidas pelas operações de titularização LTR n.º 3, LTR n.º 4, LTR n.º 5 e Warehouse detidos pelo Grupo para as operações em vida de 668 925 milhares de euros em 2005 e 481 674 milhares de euros em 2004, respectivamente (v. nota n.º 34).

A análise da carteira de títulos por tipo, nomeadamente títulos de negociação e de investimento, é a seguinte:

	2005	2004
Títulos de negociação:		
Obrigações de emissores públicos:		
Estrangeiros	296 512	174 085
Obrigações de outros emissores:		
Nacionais	7 127	—
Estrangeiros	534 976	250 778
	<u>838 615</u>	<u>424 863</u>

	2005	2004
Títulos de investimento:		
Obrigações de emissores públicos:		
Nacionais	2 118	2 159
Estrangeiros	25 198	33 644
	<u>27 316</u>	<u>35 803</u>
Obrigações de outros emissores:		
Nacionais	2 679	7 259
Estrangeiros	138 128	72 307
	<u>140 807</u>	<u>79 566</u>
Provisão para depreciação de títulos (v. nota n.º 30)	(1 312)	(17)
Provisão para risco-país (v. nota n.º 30)	—	(12 805)
Provisão para operações de titularização (v. nota n.º 30)	(26 157)	(17 697)
	<u>(27 469)</u>	<u>(30 519)</u>
	<u>979 269</u>	<u>509 713</u>

À data de 31 de Dezembro de 2005 não existiam títulos contabilizados na carteira a vencimento do Grupo.

Os movimentos nas provisões para depreciação de títulos, para risco-país e para operações de titularização são analisadas na nota n.º 30.

7 — Acções e outros títulos de rendimento variável:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Títulos de negociação:		
Acções	3 154	5 756
Unidades de participação	—	10

	2005	2004
Títulos de investimento:		
Acções	14 824	1 405
Unidades de participação	—	601
Provisões para unidades de participação (v. nota n.º 30)	—	(75)
	<u>17 978</u>	<u>7 697</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a totalidade das acções registadas na rubrica de títulos de negociação encontrava-se sujeita a um compromisso de venda que teve a sua execução a 7 de Janeiro de 2005 pelo mesmo valor.

A 31 de Dezembro de 2004, as menos-valias potenciais para as unidades de participação ascendiam a 75 milhares de euros (v. nota n.º 30).

8 — Participações financeiras:

As participações que são registadas pelo método de equivalência patrimonial nas contas do Grupo são analisadas como segue:

	2005	2004
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação:		
Sofinloc Mediadora, L.da	405	452
	<u>405</u>	<u>452</u>

9 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica e os respectivos movimentos ocorridos no ano 2005 são analisados como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aquisições/dotações	Abates	Trans-ferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo:					
Custos plurianuais	100	—	(100)	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados	1 481	269	—	2 425	4 175
Outras imobilizações incorpóreas	383	6	—	—	389
Imobilizado em curso	150	315	—	(170)	295
	<u>2 114</u>	<u>590</u>	<u>(100)</u>	<u>2 255</u>	<u>4 859</u>
Amortizações acumuladas:					
Custos plurianuais	100	—	(100)	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados	1 335	394	—	2 109	3 838
Outras imobilizações incorpóreas	383	—	—	—	383
	<u>1 818</u>	<u>394</u>	<u>(100)</u>	<u>2 109</u>	<u>4 221</u>
	<u>296</u>				<u>638</u>

10 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica e os respectivos movimentos ocorridos no ano 2005 são analisados como segue:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aquisições/dotações	Abates	Trans-ferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Custo de aquisição:					
Imóveis	19 212	266	(355)	152	19 275
Mobiliário	2 780	143	(44)	27	2 906

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Máquinas	3 154	79	—	3	3 236
Equipamento informático	3 527	215	(7)	62	3 797
Instalações interiores	3 602	269	—	68	3 939
Viaturas	2 898	772	(663)	—	3 007
Outras imobilizações	406	6	—	53	465
Imobilizado em locação financeira	1 305	—	—	—	1 305
Imobilizado em curso	117	544	—	(260)	401
	<u>37 001</u>	<u>2 294</u>	<u>(1 069)</u>	<u>105</u>	<u>38 331</u>
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	4 265	317	(42)	—	4 540
Mobiliário	2 199	155	(33)	26	2 347
Máquinas	2 754	167	—	1	2 922
Equipamento informático	2 890	339	(6)	19	3 242
Instalações interiores	2 742	158	—	29	2 929
Viaturas	1 750	720	(515)	—	1 955
Outras imobilizações	343	42	—	20	405
Imobilizado em locação financeira	574	21	—	—	595
	<u>17 517</u>	<u>1 919</u>	<u>(596)</u>	<u>95</u>	<u>18 935</u>
	19 484				19 396

11 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Impostos a recuperar do Estado	1 908	2 336
Aplicações por recuperação de créditos	1 344	1 965
Devedores diversos	2 049	12 714
	5 301	17 015
Prov. para outras aplicações (v. nota n.º 30)	(3 145)	(3 480)
	2 156	13 535

Os saldos em 2005 e 2004 da rubrica de impostos a recuperar do Estado referem-se essencialmente a IVA e IRC a recuperar.

A rubrica de aplicações por recuperação de créditos representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra, ou por resolução de contratos. O valor desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos de operações de financiamento, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação.

Em 31 de Dezembro de 2004 a rubrica de devedores diversos incluía o montante de 1146 milhares de euros referente a valores a receber no âmbito de operações de titularização.

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de provisão para outras aplicações são analisados na nota n.º 30.

12 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Operações a aguardar liquidação financeira ...	10 410	51 181
Juros e comissões a receber	6 385	8 124
Operações de titularização a receber	—	999
Compras de locação financeira	—	28
Despesas antecipadas	64	142
Reavaliação da posição cambial	70	96
Outras contas de regularização	3 490	7 241
	20 419	67 811

As operações a aguardar liquidação financeira respeitam às operações por liquidar no final do exercício, decorrentes da actividade

normal do Banco. Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía uma operação liquidada a 7 de Janeiro de 2005 em mercado primário no montante de 45 670 milhares de euros, nos termos do mandato da operação.

A rubrica de outras contas de regularização inclui valores relativos a receber pela prestação de serviços efectuada no âmbito da gestão de tesouraria da Sofinloc Mediadora (2005: 2009 milhares de euros; 2004: 1624 milhares de euros). Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía também 3464 milhares de euros de operações de *swaps* de moeda e — 1157 milhares de euros de valores de mercado dos *swaps* de taxa de juro de negociação.

13 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Operações de venda com acordo de recompra — <i>repos</i>	631 265	316 804
Depósitos	179 706	200 822
Empréstimos de médio e longo prazos	235 000	75 000
Mercado monetário interbancário	50 000	15 000
	1 095 971	607 626

No dia 16 de Agosto de 2005, o Banco Finantia, S. A., contraiu um empréstimo sindicado de médio e longo prazos no montante de 160 000 milhares de euros. Os juros deste empréstimo vencem-se semestral e postecipadamente, sendo a taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de 0,3%. O empréstimo será amortizado no prazo de três anos.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é efectuada na nota n.º 36.

14 — Débitos para com clientes a prazo:

	2005	2004
Depósitos:		
Até três meses	370 291	315 232
De três meses a um ano	71 668	3 827
Mais de um ano	4 554	19 557
Operações para cob. de risco de taxa de juro	730 742	150 822
	1 177 255	489 438

O saldo da rubrica de operações para cobertura de risco de taxa de juro corresponde ao montante de vendas a descoberto de títulos de dívida US Treasury e Deutschland Republic (v. notas n.ºs 1.26 e 4).

15 — Débitos representados por títulos:

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor desta rubrica era composta por uma emissão de obrigações. A emissão teve início a 30 de Dezembro de 2004 e vencimento a 31 de Dezembro de 2005, com uma taxa de juro Euribor a 3 meses e pagamento de juros trimestrais.

16 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Cauções recebidas de clientes	35 597	47 599
Sector público estatal	5 272	1 366
Outros fornecedores	540	972
Fornecedores de bens para operações de financiamento automóvel	463	969
Retenção de impostos na fonte	622	638
Adiantamentos de clientes	—	—
Cedências de crédito — operações ALD	—	—
Contas diversas	2 705	4 690
	<u>45 199</u>	<u>56 234</u>

A rubrica de cauções recebidas de clientes corresponde a depósitos de caução efectuados pelos locatários ou clientes no âmbito de contratos de locação financeira.

A rubrica de sector público estatal inclui valores de imposto sobre o rendimento a pagar relativos a exercícios anteriores no montante de 1072 milhares de euros.

A rubrica de fornecedores de bens para operações de financiamento automóvel refere-se a aquisições de equipamentos para operações de financiamento.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de contas diversas inclui o montante de 452 milhares de euros (2004: 315 milhares de euros), correspondente ao valor remanescente a pagar pela aquisição da Inverbolsa em 2001.

17 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Operações a aguardar liquidação financeira ...	13 320	64 345
Juros a pagar	7 435	4 397
Proveitos em suspenso	2 568	1 441
Receitas antecipadas	13 804	3 146
Férias e subsídio de férias a pagar	1 096	1 033
Outras contas de regularização	15 620	4 442
	<u>53 843</u>	<u>78 804</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de receitas antecipadas é composta por valores referentes a operações de *forfeiting*.

As operações a aguardar liquidação financeira respeitam às operações por liquidar no final do exercício, decorrentes da actividade normal do Banco. Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía uma operação liquidada a 7 de Janeiro de 2005 em mercado primário no montante de 48 995 milhares de euros, nos termos do mandato da operação.

A 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui também o montante de 5197 milhares de euros (2004: 9615 milhares de euros) referente a rendas a pagar provenientes dos contratos titularizados.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outras contas de regularização inclui 9250 milhares de euros de operações de *swaps* de moeda e — 1361 milhares de euros de valores de mercado dos *swaps* de taxa de juro de negociação.

18 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Provisão para riscos gerais de cré. (v. nota n.º 30)	5 554	6 079
Provisão para riscos bancários gerais	—	137
	<u>5 554</u>	<u>6 216</u>

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de provisão para riscos gerais de crédito e de provisão para riscos bancários gerais são analisados na nota n.º 30.

Estas provisões foram constituídas de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, conforme referido nas notas n.ºs 1.7 e 1.8.

19 — Passivos subordinados:

Em 6 de Fevereiro de 1995, o Grupo procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas no montante de 49 880 milhares de euros (PTE 10 000 000 000), representada por 1 000 000 de títulos com o valor nominal de 49,88 euros (PTE 10 000), cada. A 30 de Janeiro de 2005 foi efectuada a amortização da última prestação do empréstimo obrigacionista, no montante de 9976 milhares de euros.

Em 19 de Dezembro de 2001, o Grupo procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas no montante de 10 000 milhares de euros, representada por 200 000 títulos com o valor nominal de 50 euros, cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 19 de Julho e 19 de Janeiro de cada ano. A taxa de juro destas obrigações corresponde à Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 1%.

O empréstimo será amortizado ao par na data de 19 de Janeiro de 2012, podendo, contudo, ser reembolsado antecipadamente por opção do Grupo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir da data de pagamento do décimo período de contagem de juros.

Em 4 de Maio de 2005, o Banco procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 75 000 milhares de euros.

Os juros deste empréstimo vencem-se trimestral e postecipadamente. A taxa de juro em vigor corresponde à Euribor a 3 meses, acrescida de 1,35%.

O empréstimo será amortizado ao par, na data de 4 de Maio de 2015, podendo contudo ser reembolsado antecipadamente a partir do 5.º ano por opção do Grupo e mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento de juros.

Os encargos do Grupo com os passivos subordinados imputados no exercício ascendem a 1947 milhares de euros dos quais foram pagos 1407 milhares de euros.

20 — Capital:

O capital de 19 601 milhares de euros, representado por 3 920 121 acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado em numerário.

Em 2005, foram efectuadas duas reduções de capital, nos meses de Fevereiro e Julho, no valor nominal de 7259 milhares de euros e 2178 milhares de euros, respectivamente.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	2004
Reserva legal	19 155	12 295
Prémios de emissão	10 397	10 397
Reservas especiais	9 437	—
Reservas de reavaliação	767	767
Reservas livres e resultados transitados	19 683	17 337
	<u>59 439</u>	<u>40 796</u>

Nos termos das normas societárias e contabilísticas em vigor, aplicáveis ao Grupo e às suas subsidiárias portuguesas, a reserva legal, os prémios de emissão e as reservas de reavaliação realizadas só podem ser utilizados para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

As subsidiárias da sociedade sujeitas à legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) devem reforçar a reserva legal com, pelo menos, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital social.

As restantes empresas do Grupo com sede em Portugal, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima de 5% dos lucros líquidos anuais, até 20% do capital.

Em conformidade com a deliberação de redução de capital social da assembleia geral, a Finantipar constituiu reservas especiais, sujeitas ao mesmo regime da reserva legal, nos montantes de 7259 milhares de euros e 2178 milhares de euros, equivalente ao valor nominal total de acções extintas (v. nota n.º 20).

22 — Interesses minoritários:

A rubrica de interesses minoritários é analisada como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2004	78 021
Aumento da participação de interesses minoritários	986
Varição da situação líquida equivalente do Banco Finantia	(716)
Apropriação do resultado do exercício do Banco Finantia	17 996
Varição dos interesses minoritários do Banco Finantia Sofinloc	(101)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	96 186

A rubrica de variação dos interesses minoritários do Banco Finantia Sofinloc refere-se aos interesses minoritários resultantes da sub-consolidação no Banco Finantia, o qual detém 96,25% do Banco Finantia Sofinloc.

23 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Juros de títulos de investimento	51 139	22 853
Juros de títulos de negociação	47 322	30 890
Juros de crédito	21 327	24 820
Juros de aplicações	14 546	7 654
Prémios de <i>swaps</i>	6	3 366
Juros de <i>swaps</i> de taxa de juro	—	1 270
Outros proveitos	2 266	2 159
	136 606	93 012

24 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Juros de títulos vendidos com acordo de recompra	16 759	7 648
Juros de depósitos de instituições de crédito	9 223	5 954
Juros de operações de cobertura de risco de taxa de juro	9 100	—
Juros de depósitos de clientes	4 675	5 125
Juros de <i>swaps</i> de taxa de juro	—	2 307
Outros custos	6 239	6 648
	45 996	27 682

25 — Resultados de comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Proveitos de comissões:		
Por encargos contratuais	5 804	2 502
Garantias prestadas	4 758	4 960
Por gestão de activos securitizados	3 832	2 579
Por serviços bancários prestados	2 238	2 968
Gestão de fundos de titular. de crédito	733	814
Outras comissões	4 912	1 746
	22 277	15 569
Custos de comissões:		
Por serviços bancários de terceiros	936	786
Por operações realizadas com títulos	72	104
Outras comissões	937	1 611
	1 945	2 501

As comissões das garantias prestadas incluem os proveitos provenientes das operações com *swaps* associados a eventos de crédito (v. nota n.º 34).

26 — Resultados de operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Lucros em operações financeiras:		
Operações para cobertura de risco de taxa de juro	99 792	115 995
Operações com títulos	56 303	40 169
Operações cambiais	21 593	20 417
<i>Swaps</i> de taxas de juro	15 718	47 582
Outros lucros	608	2 263
	194 014	226 426

Prejuízos em operações financeiras:

Operações para cobertura de risco de taxa de juro	93 988	48 663
Operações com títulos	54 634	40 169
Operações cambiais	21 059	18 240
<i>Swaps</i> de taxas de juro	15 214	100 510
Outros prejuízos	390	645
	185 285	208 227

27 — Custos com pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Remunerações	15 742	14 883
Encargos sociais	2 863	2 604
Outros custos	792	652
	19 397	18 139

O valor das remunerações atribuídas aos órgãos de gestão e fiscalização do Grupo, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram de 1711 milhares de euros e 1658 milhares de euros, respectivamente.

O número médio de pessoal dividido por categorias, durante 2005 e 2004, pode ser analisado como segue:

	2005	2004
Quadros superiores	159	144
Outros quadros	158	165
Administrativos	144	131
	<u>461</u>	<u>440</u>

28 — Outros gastos administrativos:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Serviços especializados	5 023	5 173
Despesas com registo de veículos automóveis	4 870	3 756
Deslocações, estadas e representações	2 684	1 884
Comunicações	1 752	1 807
Publicidade	1 657	1 559
Conservação e reparação	1 386	1 494
Avenças e honorários	1 322	1 103
Seguros, serviços judiciais e contencioso	776	846
Rendas e alugueres	677	619
Material de consumo corrente	548	570
Água, energia e combustíveis	390	323
Formação de pessoal	226	161
Comissões	—	40
Outros fornecimentos e serviços	1 215	1 575
	<u>22 526</u>	<u>20 910</u>

29 — Outros proveitos e custos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Proveitos:		
Prestação de serviços	4 874	7 276
Reembolso de despesas	2 771	4 386
Recuperação de créditos	675	835
Mais-valias na venda de equipamentos	51	367
Outros proveitos	573	725
	<u>8 944</u>	<u>13 589</u>
Custos:		
Encargos com originação de contratos	18 261	13 409
Menos-valias na venda de equipamentos ..	2 284	3 122
Outros custos	464	383
	<u>21 009</u>	<u>16 914</u>

A rubrica de mais-valias na venda de equipamentos respeita a ganhos obtidos na venda e relocação de bens de contratos de locação financeira rescindidos. As mais-valias obtidas na relocação destes bens são reconhecidas numa base sistemática durante o período de vida dos novos contratos de locação.

A rubrica de menos-valias na venda de equipamentos refere-se a perdas verificadas na venda ou relocação de bens resultantes de rescisões de contratos de locação financeira.

30 — Provisões do exercício:

Os movimentos ocorridos nas contas de provisões, no decorrer do exercício, são analisados como segue:

	2005					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Anulações/ reposições	Alteração de critérios/ variação cambial	Utilizações/ reclassificações	
Crédito vencido e cobrança duvidosa (v. nota n.º 5)	10 879	6 816	(2 055)	—	(10 700)	4 940
Outras aplicações (v. nota n.º 11)	3 480	278	(613)	—	1	3 146
Depreciação de títulos (v. nota n.º 6)	17	1 313	(22)	—	4	1 312
Operações de titularização (v. nota n.º 6)	17 695	10 254	(69)	—	(1 723)	26 157
Risco-país — obrigações (v. nota n.º 6)	12 807	2 781	(2 781)	(12 807)	—	—
Risco-país — <i>forfeiting</i> (v. nota n.º 6)	—	6 578	—	—	—	6 578
Unidades de participação (v. nota n.º 7)	75	5	(1)	—	(79)	—
Riscos gerais de crédito (v. nota n.º 18)	6 216	3 903	(4 790)	149	76	5 554
	<u>51 169</u>	<u>31 928</u>	<u>(10 331)</u>	<u>(12 658)</u>	<u>(12 422)</u>	<u>47 686</u>

No decurso do ano de 2005, o Banco Finantia, S. A., reverteu a provisão para risco-país para a carteira de títulos, sendo o saldo transitado levado directamente a reservas livres, não tendo por isso afectado directamente o resultado do exercício [v. notas n.ºs 1.9, alínea a), e 6].

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Banco Finantia, S. A., constituiu provisões risco-país para a carteira de *forfeiting* e garantias [v. notas n.ºs 1.9, alínea b), 4 e 5].

No decorrer do exercício de 2005, em virtude de se ter exercido uma *call* numa operação de titularização, foi reclassificado o montante de 1720 milhares de euros da provisão de títulos para provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito.

31 — Ganhos e perdas extraordinários:

O valor desta rubrica é composto por:

	2005	2004
Proveitos:		
Mais-valias na alienação de imobilizado e em participações financeiras	327	12 387
Outros ganhos extraordinários	498	1 874
	<u>825</u>	<u>14 261</u>
Custos:		
Menos-valias na alienação de imobilizado	10	61
Outras perdas extraordinárias	1 469	3 154
	<u>1 479</u>	<u>3 215</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros ganhos extraordinários inclui 150 milhares de euros relativos a penalizações por incumprimento de contratos de financiamento automóvel (2004: 656 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outras perdas extraordinárias inclui o montante de 21 milhares de euros (2004: 1211 milhares de euros) referente a perdas relativas a exercícios anteriores em que 1072 milhares de euros é referente a correcções de imposto sobre o rendimento de exercícios anteriores (v. nota n.º 16).

32 — Impostos sobre lucros:

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

Carga fiscal imputada (dotações):	
Exercício de 2003	2 940
Exercício de 2004	1 651
Exercício de 2005	4 080
Carga fiscal paga e referente ao:	
Exercício de 2003	400
Exercício de 2004	1 304
Exercício de 2005	706

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta e retenções na fonte.

A provisão para impostos sobre lucros para a Finantipar e as suas subsidiárias foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço.

A taxa efectiva de pagamento dos impostos sobre lucros é inferior à sua taxa nominal de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas), devido a reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e benefícios fiscais, para além de outros créditos de imposto.

Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros. Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

Os prejuízos fiscais declarados pelas empresas do Grupo ainda não utilizados e não confirmados pelas autoridades fiscais após dedução dos lucros fiscais de 2005 ascendem a 4008 milhares de euros (2004: 14 449 milhares de euros).

33 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas de consolidação:

Esta rubrica reflecte o valor proporcional dos resultados da Sofinloc Mediadora — Sociedade de Mediação de Seguros, L.ª

34 — Contas extrapatrimoniais:

Os valores extrapatrimoniais do Grupo são analisados como segue:

	2005	2004
Garantias e avales prestados	37 094	36 666
Cauções e activos dados em garantia <i>repos</i>	745 832	389 837

Activos remunerados:

	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5 386	—	—	—	—	5 386
Disponibilidades sobre instituições de crédito	19 360	—	—	—	—	19 360
Outros créditos sobre instituições de crédito	1 160 462	127 590	37 301	180	—	1 325 533
Crédito sobre clientes	23 809	51 977	134 351	63 219	7 128	280 484
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	42 039	54 925	361 036	521 269	—	979 269
Ações e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—	17 978	17 978
Outros activos	3 621	—	—	—	(1 500)	2 121
Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—	405	405
Total	1 254 677	234 492	532 688	584 668	24 011	2 630 536
Activos não remunerados	20 952	1 401	2 688	15 447	—	40 488
Total do activo	1 275 629	235 893	535 376	600 115	24 011	2 671 024

	2005	2004
Swaps associados a eventos de crédito:		
Vendas	158 059	94 789
Contratos futuros de depósito e <i>repos</i>	250	16 824
Outros compromissos	23 829	3 851
Activos sob gestão — titularização	668 923	481 674
Operações de titularização de crédito	2 754 123	3 404 669
Valores recebidos em depósitos	679 346	452 055
Garantias recebidas	859 447	173 017
Posição cambial a prazo:		
Compras	22 457	2 260
Vendas	20 920	2 249
Swaps de moeda:		
Compras	272 074	72 886
Vendas	281 428	69 745
Swaps de taxa de juro:		
Compras	1 069 960	975 187
Vendas	1 069 960	975 187

A rubrica de operações de titularização de crédito referem-se aos fundos sob gestão da Finantia — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A., por conta dos detentores das unidades de titularização.

O Grupo não detém quaisquer unidades de participação dos fundos de titularização por si geridos.

Os *swaps* de taxa de juro dizem respeito à cobertura dos créditos sobre clientes vendidos no âmbito das operações de titularização, sendo por sua vez contratadas operações simétricas para eliminação do risco de taxa de juro dessas mesmas carteiras.

35 — Saldos e transacções com empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os saldos e transacções intercompanhias com as empresas não consolidadas pelo método integral, incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo Finantipar são analisados como segue:

	2005	2004
Sofinloc Mediadora, L.ª:		
Contas de regularização do activo	2 009	1 624
Débitos para com clientes	1 988	1 719
Partes de capital em empresas coligadas	30	30
Outros proveitos de exploração	2 009	1 624

36 — Estrutura do balanço por prazos residuais:

A 31 de Dezembro de 2005, o balanço da sociedade por prazos residuais, pode ser analisado como segue:

	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeter- minada	Total
Passivos remunerados:						
Débitos para com instituições de crédito	849 113	11 083	235 000	775	—	1 095 971
Débitos para com clientes	389 116	71 668	199 835	535 461	—	1 196 080
Outros passivos	9 075	12 926	21 393	1 805	—	45 199
Passivos subordinados	—	—	—	79 856	—	79 856
<i>Total</i>	<u>1 247 304</u>	<u>95 677</u>	<u>456 228</u>	<u>617 897</u>	<u>—</u>	<u>2 417 106</u>
Passivos não remunerados	43 602	11 677	44	(1 481)	5 554	59 396
<i>Total do passivo</i>	<u>1 290 906</u>	<u>107 354</u>	<u>456 272</u>	<u>616 416</u>	<u>5 554</u>	<u>2 476 502</u>
Capitais próprios	—	—	—	—	194 522	194 522
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>	<u>1 290 906</u>	<u>107 354</u>	<u>456 272</u>	<u>616 416</u>	<u>200 076</u>	<u>2 671 024</u>
Diferença entre activos e passivos remunerados	7 373	138 815	76 460	(33 229)	24 011	213 430
Diferença entre o total do activo e o total do passivo e capital próprio	(15 277)	128 539	79 104	(16 301)	(176 065)	—

37 — Estrutura do balanço por moedas:

A 31 de Dezembro de 2005, o balanço da sociedade por moedas pode ser analisado como segue:

	Dólares (USD)	Euros (EUR)	Outras	Total
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	5 369	11	5 386
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	9 738	9 397	225	19 360
Outros créditos sobre instituições de crédito	772 500	553 033	—	1 325 533
Crédito sobre clientes	25 165	255 319	—	280 484
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	635 803	343 466	—	979 269
Ações e outros títulos de rendimento variável	—	17 978	—	17 978
Partes de capital em empresas coligadas	—	405	—	405
Imobilizações incorpóreas	—	638	—	638
Imobilizações corpóreas	135	19 261	—	19 396
Outros activos	65	2 091	—	2 156
Contas de regularização	8 193	12 206	20	20 419
<i>Total do activo</i>	<u>1 451 605</u>	<u>1 219 163</u>	<u>256</u>	<u>2 671 024</u>
Passivo:				
Débitos para com instituições de crédito	539 988	555 983	—	1 095 971
Débitos para com clientes	598 628	597 452	—	1 196 080
Outros passivos	61	45 138	—	45 199
Contas de regularização	22 142	31 701	—	53 843
Provisões para riscos e encargos	—	5 554	—	5 554
Passivos subordinados	—	79 856	—	79 856
<i>Total do passivo</i>	<u>1 160 819</u>	<u>1 315 684</u>	<u>—</u>	<u>2 476 503</u>
Capitais próprios	—	194 522	—	194 522
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>	<u>1 160 819</u>	<u>1 510 205</u>	<u>—</u>	<u>2 671 024</u>
Extrapatrimoniais:				
Forwards	(4 541)	4 228	—	(313)
Contratos de swaps	(281 427)	272 073	—	(9 354)
	<u>(285 968)</u>	<u>276 301</u>	<u>—</u>	<u>(9 667)</u>
Posição líquida	4 818	(14 741)	256	(9 667)

38 — Eventos subsequentes:

De acordo com o aviso n.º 1/2005 emitido pelo Banco de Portugal, o Grupo Banco Finantia, a partir do exercício de 2006, apresentará as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Os principais impactos que

advirão da adopção do novo normativo contabilístico serão os seguintes:

Consolidação de SPEs — de acordo com as NIC, as *special purpose entities* (SPE) nos quais o Grupo exerça controlo ou em que lhe sejam substancialmente atribuíveis os riscos e benefícios passam a ser

consolidados. No caso do Grupo, encontram-se nesta situação as SPEs constituídas no âmbito de operações de titularização. Este ajustamento terá um impacto positivo nos capitais próprios do Grupo;

Reconhecimento dos custos e proveitos incrementais — segundo as NIC, as comissões associadas a instrumentos financeiros que não estejam associadas a prestação de serviços, deverão ser periodificadas ao longo da vida das operações, de acordo com o método de taxa efectiva. Este ajustamento terá um impacto positivo nos capitais próprios do Grupo;

Imparidade do crédito — as NIC estipulam o reconhecimento de perdas incorridas por imparidade, ao contrário do PCSB que exigia a constituição de provisões específicas de acordo com a antiguidade dos saldos em mora e uma provisão para riscos gerais de crédito. Este ajustamento terá um impacto negativo nos capitais próprios do Grupo;

Reconhecimento de imposto diferidos activos — segundo as NIC, deverão ser reconhecidos activos por impostos diferidos na medida da expectativa da sua recuperabilidade futura. A alteração desta política contabilística terá um impacto positivo nos capitais próprios do Grupo;

Mensuração da carteira de títulos — no âmbito das NICs, a carteira dos títulos do Banco Finantia será classificada em duas categorias de activos financeiros: negociação e disponíveis para venda. Independentemente da sua classificação, os títulos serão mensurados em balanço ao justo valor, e as variações do justo valor serão reconhecidas por contrapartida de resultados do exercício no caso da carteira de negociação; no caso da carteira de disponíveis para venda serão reconhecidas numa reserva de reavaliação do capital próprio. A adopção desta política contabilística terá um impacto positivo nos capitais próprios do Grupo Banco Finantia decorrente do reconhecimento da actual carteira de investimento ao seu justo valor;

Mensuração dos instrumentos financeiros derivados — no âmbito das NICs, todos os instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo Banco Finantia serão classificados como de negociação, à excepção dos que cumpram com os requisitos de contabilização de cobertura definidos pelas normas internacionais. Todos os derivados, independentemente da sua classificação serão mensurados no balanço pelo seu justo valor e o reconhecimento das variações de justo valor dos derivados dependerá da sua classificação: negociação ou cobertura. A adopção desta política contabilística terá um impacto negativo nos capitais próprios do Grupo Banco Finantia decorrente do reconhecimento dos *credit default swaps*, *swaps* de moeda e dos *interest rate swaps* das SPEs ao justo valor.

O Conselho de Administração: *António Manuel Afonso Guerreiro*, presidente — *Eduardo José de Belém Garcia e Costa* — *Maria Luísa Falcão Libano Monteiro Antas* — *João Carlos Rodrigues Sabido Silva* — *Pedro José Marques Fernandes dos Santos*. — A Técnica de Contas, *Doroteia Neves Nunes*.

Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 68 423 milhares de euros e um total de capital próprio de 62 674 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8057 milhares de euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal) e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal) e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 4 de Maio de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da sociedade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da sociedade, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 4 de Maio de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Manuel Henriques Bernardo, revisor oficial de contas.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 2 671 024 milhares de euros e um total de capital próprio de 98 335 milhares de euros), incluindo um resultado líquido de 19 295 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as instruções n.º 4/96 e n.º 71/96 do Banco de Portugal e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos nas instruções n.º 4/96 e n.º 71/96 do Banco de Por-

tugal e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 4 de Maio de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Manuel Henriques Bernardo, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo conselho de administração da Finantipar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 — No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas consolidadas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) O balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da sociedade, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) O relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e as conclusões constantes da certificação legal das contas consolidadas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 4 de Maio de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Manuel Henriques Bernardo, revisor oficial de contas.
3000207655

FIDIS RETAIL — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Sede social: Rua Tomás Ribeiro, 71, 1050-227 Lisboa.
Capital social: 10 000 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502673478.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 2589.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão do conselho de administração

Enquadramento económico

De acordo com os dados da Comissão Europeia a confiança dos consumidores tem vindo tendencialmente a aumentar desde o Verão de 2005, sendo que a variação média anual do IHPC se situou nos